tos do continente e ilhas adjacentes estão em grande parte sendo desempenhados por oficiais do exército;

Considerando que de tal providência resultou a deslocação de titulares desses cargos;

Considerando que se torna necessário e urgente definir a situação desses funcionários e aproveitar-lhes a experiência pela forma que mais convenha ao serviço;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os comissários de policia, funcionários civis, que se encontravam na efectividade do serviço em 28 de Maio de 1926 e que dela foram afastados por conveniência pública ficam na situação de adidos ao Ministério do Interior para serem colocados nos governos civis, em cargos equivalentes à sua categoria, percebendo os vencimentos fixados no decreto n.º 1:581, de 11 de Abril de 1924.

§ único. O comissário de policia de Ponta Delgada, que se encontrava, interinamente, prestando serviço no Ministério do Interior, como adjunto do inspector superior da segurança pública, ficando também na situação de adido ao mesmo Ministério, receberá, até que lhe seja dada a conveniente colocação, o vencimento de categoria de 72\$ mensais e a melhoria de 819\$26, desde a data em que foi extinto aquele cargo.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Abril de 1927.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:504

Sendo certo que os considerandos que precedem o decreto n.º 13:315, sobre a necessidade de substituir por pessoal robusto muito do actual pessoal da policia de segurança pública de Lisboa, podem e devem aplicar-se às restantes policias do País;

E considerando igualmente que urge remediar a falta de equidade na distribuição de vencimentos aos aposentados dessas policias, a qual deve fazer-se atendendo não só à categoria, mas também aos anos de serviço:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º E extensiva às diferentes corporações policiais dos distritos do continente da República a doutrina do decreto n.º 13:315, de 24 de Março de 1927, publicado no *Diário do Governo* n.º 61, 1.ª série, da mesma data.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Abril de 1927.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* —

Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 13:505

Tendo sido reconhecida a categoria de chefe de secção, por decreto de 31 de Março do corrente ano, publicado na 2.ª série do *Diário do Governo* de 5 de Abril seguinte, com fundamento no parecer da Procuradoria Geral da República, baseado no decreto n.º 12:129, de 13 de Agosto de 1926, e no artigo 14.º da lei n.º 882, de 17 de Setembro de 1919, ao terceiro official do quadro especial Carlos da Silva Magalhães, que ficou colocado na situação de adido ao Ministério do Interior;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É transferida do capítulo 4.º «Serviços de emigração», artigo 20.º «Pessoal do quadro especial», para o capítulo 7.º «Pessoal além dos quadros», artigo 34.º «Segurança Pública — Comissariado Geral dos Serviços de Emigração», a quantia de 300\$ do orçamento do Ministério do Interior para o ano económico de 1926-1927.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Abril de 1927.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Portaria n.º 4:859

Tendo a corporação encarregada do culto público católico da freguesia de Lourical, concelho de Pombal, pedido a cedência de vários bens em uso e administração, nos termos para os fins e efeitos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que, para os efeitos do artigo 10.º do citado decreto, seja cedida à referida corporação, em uso e administração, a residência paroquial da citada freguesia e quintal anexo que lhe serve de logradouro.

A entrega deverá ser feita pela respectiva junta de freguesia, com as formalidades exigidas na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918, devendo intervir a comissão administrativa dos bens culturais do respectivo